

Fernando de Castro Faria

**A PERDA DE MANDATO ELETIVO:
Decisão Judicial e
Soberania Popular**

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente
Salézio Costa

Editores
Orides Mezzaroba
Valdemar P. da Luz

Assistente Editorial
Rosimari Ouriques

Capa e Diagramação
Jonny M. Prochnow

Conselho Editorial

André Maia
Adriana Mildart
Aline de C. M. Maia Liberato
Carlos Alberto P. de Castro
Cesar Luiz Pasold
Diego Araujo Campos
Edson Luiz Barbosa
Fauzi Hassan Choukr
Jacinto Coutinho
Jerson Gonçalves C. Junior
João Batista Lazzari
Jonas Machado Ramos

José Antônio Peres Gediél
José Antônio Savaris
Lenio Luiz Streck
Marcelo Alkmim
Martonio Mont'Alverne B. Lima
Michel Mascarenhas
Renata Elaine Silva
Samantha Ribeiro Meyer Pflug
Sérgio Ricardo F. de Aquino
Theodoro Vicente Agostinho
Vicente Barreto
Wagner Balera

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

F224f

Faria, Fernando de Castro

Perda de Mandato Eletivo: Decisão Judicial e Soberania Popular / Fernando de Castro
Faria – Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.
152p.

ISBN 978-85-7874-305-5

1. Mandato eletivo 2. Democracia 3. Legitimidade I. Título

CDU – 340

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e
na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2012 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

950839

Rua Felipe Schmidt, 321 - sala 1003, Centro, CEP 88010-000 – Florianópolis/SC

Editorial: Fone (48) 3205-1300 – editorial@conceitojur.com.br

Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	7
Rol de Abreviaturas e Siglas	11
Introdução	17
1. Os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, da soberania popular e da vedação de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude em eleições	19
1.1. Classificação dos princípios constitucionais.....	19
1.2. O Estado Democrático de Direito.....	20
1.2.1. Democracia, representação e legitimidade (aspectos atuais).....	20
1.2.2. O Estado Democrático de Direito no Brasil: a promulgação da CRFB/88 e o fortalecimento das instituições democráticas.....	34
1.2.3. O Estado Democrático de Direito e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.....	37
1.3. A Soberania Popular.....	41
1.3.1. Percepção contemporânea da soberania.....	41
1.3.2. A Soberania Popular na CRFB/88 (art. 1º, parágrafo único, e art. 14).....	46
1.3.3. O sufrágio universal e a igualdade entre os eleitores (“one man, one vote”).....	51
1.4. A Justiça Eleitoral como Justiça Especializada.....	53
2. Direitos políticos, inelegibilidades e abuso de poder político e econômico	57
2.1. Direitos políticos.....	57

2.1.1. Conceito	57
2.1.2. Perda dos direitos políticos.....	59
2.1.3. Suspensão dos direitos políticos	60
2.1.4. Presunção de inocência e vida progressa	64
2.2. Inelegibilidades	70
2.2.1. Breves noções	70
2.2.2. Inelegibilidades previstas na CRFB/88	71
2.2.3. Inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990 com a nova redação dada pela Lei Complementar n. 135/2010.....	79
2.3. Abuso do poder político	83
2.3.1. Abordagem legal	83
2.3.2. Configuração do abuso do poder político segundo a doutrina e a jurisprudência.....	86
2.4. Abuso do poder econômico	91
2.4.1. Abordagem legal	91
2.4.2. Configuração do abuso do poder econômico segundo a doutrina e a jurisprudência.....	92
3. Pressupostos e consequências das decisões judiciais eleitorais e o confronto entre os princípios da soberania popular e da lisura do processo eleitoral.....	97
3.1. A impugnação do registro de candidatura	97
3.1.1. Fundamentos	97
3.1.2. Consequências.....	102
3.2. A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	103
3.2.1. Fundamentos e aspectos processuais destacados	103
3.2.2. Nexos de causalidade e potencialidade lesiva.....	105
3.2.3. Consequências.....	108
3.3. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	110
3.3.1. Fundamentos e aspectos processuais destacados	110
3.3.2. Nexos de causalidade e potencialidade lesiva.....	115
3.3.3. Consequências.....	118

3.4. A vontade popular e a lisura do processo eleitoral	119
3.4.1. “Todo o poder emana do povo”: fundamento da República.....	119
3.4.2. Democracia e legitimidade: uma visão garantista.....	121
3.4.3. Abuso de poder e captação ilícita de sufrágio: vontade viciada	124
3.4.4. A anulação dos votos por conta de abuso de poder ou inelegibilidade.....	126
3.4.5. A decisão judicial eleitoral e a vontade popular: instâncias que não se confundem	129
Considerações finais.....	137
Referências das fontes citadas	141